

O plano do governo para fazer os juros caírem. De qualquer maneira.

O ministro Funaro confirma segunda-feira medidas de estímulo à poupança e maior tributação sobre o over-night. Tudo para reduzir as taxas.

Mais estímulo às aplicações financeiras de médio e longo prazo, inclusive à caderneta de poupança, e maior tributação sobre o **overnight**, para forçar a queda das taxas de juros. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, já tomou essas decisões e vai formalizá-las segunda-feira, **ad referendum** do Conselho Monetário Nacional, que deveria reunir-se na terça mas só irá fazê-lo mesmo em janeiro.

O governo chegou à conclusão de que as taxas de juros no nível atual (acima de 200% ao ano) são uma ameaça ao objetivo de manter um crescimento entre 5% e 7% no ano que vem e pretende fazer de tudo para reduzi-las — primeiro através de medidas tributárias e depois, se for preciso, com maior

aperto na política monetária. A primeira decisão nesse sentido já foi até anunciada e deve ser confirmada segunda-feira: as cadernetas de poupança voltarão a ter valorização mensal, e não mais trimestral, para estimular os aplicadores.

Outra medida na mesma linha é a isenção de Imposto de Renda para as aplicações financeiras com prazo acima de 28 dias. As de prazo inferior também serão estimuladas, mas de outra forma: o IR vai cair de 60% para 40%. E as Letras do Banco Central (LBC), que atualmente são isentas de IR na fonte e na declaração das empresas, passarão a ser tributadas na declaração, com alíquota entre 40% e 45%.

Para o **over**, a decisão a ser anunciada

por Funaro é a extinção do atual sistema de "cascata" na tributação. Haverá apenas dois prazos para aplicação do IR: acima e abaixo de 28 dias. A idéia é melhorar a estrutura de captação dos bancos e fazer com que os investidores deixem de pressionar as taxas de juros. Atualmente, os bancos de investimentos, os bancos comerciais e as financeiras enfrentam dificuldades na colocação de CDB e Letras de Câmbio, porque os clientes preferem as operações de **overnight** lastreadas pelas LBC isentas de tributos. Uma fonte governamental revelou que a intenção, agora, é manter o **over** trabalhando com rendimento negativo para os aplicadores, a fim de forçá-los a optar por operações a prazos médios e longos.

Juros

Segundo assessores do ministro Funaro, o governo está disposto a adotar medidas de política monetária para derrubar as taxas de juros internas, caso essas mudanças de caráter tributário não surtam os efeitos esperados. Dentro de uma política de médio prazo, o governo vai perseguir taxas de juros de aproximadamente cinco pontos percentuais acima da **libor**, em termos reais e líquidos, isto é, descontada a inflação e a carga tributária.

Mesmo para o caso de se prognosticar uma taxa alta de inflação, as taxas de juros, para serem compatíveis com a proposta de

desenvolvimento do governo, não poderiam ser muito superiores a 100%. Diante disso, mesmo admitindo-se uma inflação elevada, as taxas atuais terão de ser reduzidas praticamente pela metade.

Se fosse programada, por exemplo, uma taxa anual de inflação de 50%, levando-se em conta uma carga média real de imposto de 19,6% (ou 40% de alíquota sobre o que excede às LBC), a taxa de juros a cinco pontos percentuais acima da **libor** (taxa interbancária de Londres, ao redor de 9%) seria de 104,5%. Uma taxa deste patamar seria perfeitamente compatível com a retomada dos investimentos desejada pelo governo, segundo se afirma no Ministério da Fazenda.